

SESSÕES DO PLENÁRIO

37ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 29 de abril de 2013.

PRESIDENTE: DEP. ADOLFO MENEZES *AD HOC*

À hora regimental, verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Augusto Castro, Bira Corôa, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Brasileiro, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Cel. Gilberto Santana, Delegado Deraldo Damasceno, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Gaban, Graça Pimenta, Herbert Barbosa, Ivana Bastos, J. Carlos, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Jr., Luciano Simões, Luiza Maia, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Jr., Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Paulo Azi, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Targino Machado, Tom Araújo, Uziel Bueno, Vando, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo. (50)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão ordinária.

(O Sr. Presidente procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Do Dep. Marcelino Galo, comunicando sua ausência da sessão no dia 02/04/2013, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Herbert Barbosa, comunicando sua ausência da sessão no dia 03/04/2013, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Mário Negromonte Júnior, comunicando sua ausência da Sessão Itinerante em Juazeiro, no dia 04/04/2013, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Submeto ao Plenário as seguintes atas: especiais – 6ª e 9ª, ocorridas, respectivamente, nos seguintes dias de março: 19, 26; e 11ª e 15ª, nos seguintes dias: 11, 19 de abril de 2013; ordinárias – 24ª, 31ª, 32ª, 33ª, 34ª, ocorridas, respectivamente, nos seguintes dias de abril: 2, 15, 16, 17 e 22 de abril de 2013.

Em discussão as atas que acabaram de ser lidas. (Pausa)

Encerrada a discussão, em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovadas.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pequeno Expediente.

Com a palavra a deputada Luiza Maia pelo tempo de 5 minutos.

A Srª LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, senhores que nos acompanham pela *TV Assembleia*, deputado Rosemberg Pinto, meu Líder da Bancada do PT, ontem, estivemos na cidade de Coité para o quarto encontro do nosso partido, que está fazendo a discussão, entre outras coisas, de um tema fundamental e importante que é a reforma política. O nosso Diretório Nacional já nos orientou para fazer uma campanha de rua. Temos de recolher 1,5 milhão de assinaturas para apresentar na Câmara federal um projeto de iniciativa popular.

Aliás, isso é outro absurdo. Precisamos, nessa reforma política, acabar com isso. Precisamos dar facilidade ao povo para participar, também, deste processo, quanto a essa quantidade de assinaturas a serem recolhidas por qualquer partido ou qualquer grupo que queira apresentar um projeto de iniciativa popular, acho uma coisa muito desgastante.

Mas o debate foi muito bom. Estiveram presentes os nossos pré-candidatos, como Rui Costa, Gabrielli e Luiz Caetano. Foi um debate interessante. Sei que a Direita e alguns aliados, inclusive, não conseguem entender esta nossa lógica, esta nossa dinâmica do debate aberto, das tendências do nosso partido. Mas acho que essa questão o nosso presidente Jonas está conduzindo com muita propriedade.

A militância está ficando feliz, pois está participando. Uma das coisas que achamos importante e necessária é trazer a militância para essas discussões, porque sabemos que dez anos de PT no Brasil – seis anos e quatro meses na Bahia, oito anos e quatro meses em Camaçari e em outros municípios – têm incomodado muito, principalmente os nossos adversários. Não fizeram porque não quiseram. O projeto é diferente, mas estão inconformados e tentam destruir esse nosso projeto através das queimações, do desgaste que têm feito com o nosso partido.

Então, quero aqui registrar os meus parabéns ao nosso presidente Jonas Paulo por ter feito e ter encaminhado tão bem toda esta discussão até o momento certo, quando faremos a definição de um candidato só para que todo mundo caia em campo.

Quero, Sr. Presidente, registrar desta tribuna que o deputado Álvaro Gomes já voltou de viagem. Seja bem vindo, deputado, todo mundo estava sentindo falta dos seus discursos.

Quero também reafirmar a minha fala da semana passada em relação ao

conselheiro do Tribunal de Contas, o conselheiro Paolo Marconi, que não tem tido uma postura de conselheiro. Depois que eu fiz essa fala, aqui, mostrando que ele tem perseguido alguns prefeitos, e não são poucos, de forma muito especial os do PT, as associações ligadas àquela instituição se levantaram para fazer a defesa do conselheiro. Quero aproveitar, aqui, para pedir a essas associações defensoras do conselheiro Paolo Marconi que oriente ele, porque ele é um conselheiro! Se ele não sabe qual é o papel dele, a gente precisa ficar dizendo. Eu entendo que o Tribunal de Contas dos Municípios é um órgão auxiliar do nosso Legislativo, e o conselheiro não pode ter essa postura.

Deputado Joseildo Ramos, não sei se o senhor conhece, mas, em Camaçari e em outros municípios administrados pelo PT, a postura desse conselheiro – eu digo e provo – é de perseguidor, e não de conselheiro. É um homem inacessível! Se ele quer ser o carrasco dos prefeitos, que seja, agora, nós temos de fazer esse debate e enfrentar essa questão.

A UPB, enquanto foi dirigida pelo prefeito Caetano, realizou vários encontros de orientação para os prefeitos. Eu acho que, se o prefeito quer errar, esse é um problema dele! O prefeito, uma liderança popular que não tem domínio da contabilidade e da questão da gestão pública, não pode ser tratado por aquele conselheiro da forma que ele trata, como se todos fossem bandidos, como se todos nós fôssemos errados.

Então, quero, aqui, reafirmar tudo o que eu disse do conselheiro Paolo Marconi. Quero dizer ao conselheiro que é por causa dessa postura dele que já existe uma movimentação, uma discussão no nosso Estado de que não é necessário ter o Tribunal de Contas dos Municípios. Eu discordo dessa posição, mas precisamos ter cuidado. Já soube, inclusive, que um deputado desta Casa, no passado, apresentou projeto mostrando a desnecessidade do Tribunal de Contas dos Municípios.

Eu voltarei a fazer essa discussão em outro momento, se houver tempo, porque nós precisamos enfrentá-la. Conselheiro é para ajudar, é para orientar, é para aconselhar, e não para perseguir, nem para ser carrasco dos prefeitos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes, recém-chegado da Palestina, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, demais deputados, companheiros e companheiras presentes, primeiro eu quero dizer que pretendo fazer um relato com mais detalhes, em uma outra oportunidade, de preferência ao usar o Grande Expediente, porque essa missão que realizamos na Palestina foi muito rica. Nós passamos oito dias na região, e foi uma viagem bastante produtiva.

De antemão, quero ressaltar que a Segunda Missão Internacional de Solidariedade ao Povo Palestino, composta por uma delegação de parlamentares e de representantes das mais diversas entidades, teve uma importância muito grande para aquela população.

Eu e o deputado Fabrício Falcão viajamos de forma institucional, inclusive

com licença, mas é bom ressaltar que viajamos com recursos próprios, sem utilizar nenhum centavo da Assembleia Legislativa. É bom registrarmos isso. Foi uma viagem oficial a convite do governo palestino, uma viagem muito produtiva. Nós solicitamos, com base no Regimento Interno, e a licença formal nos foi concedida por decisão da Mesa Diretora publicada no Diário Oficial. Queremos esclarecer para que a população entenda que nós viajamos, eu e o deputado Fabrício Falcão, com recursos próprios. É bom fazer este esclarecimento, porque, às vezes, tem mal entendidos que podem gerar interpretações diferentes do nosso objetivo de viagem. Portanto, queria fazer este esclarecimento. Mas sobre o mesmo relato da viagem, não temos condições de fazê-lo aqui em 5 minutos. Por isso, prefiro fazê-lo ao usar o grande expediente quando teremos os 25 minutos para fazer uma abordagem geral.

É importante, no entanto, registrarmos algumas questões que nos chamam a atenção. Uma questão é a de que, na região, existem 800 quilômetros de muro da vergonha, repito, são 800 quilômetros de muro da vergonha. Falamos, aqui, do fim do muro de Berlim. Mas precisamos, também, lembrar do muro construído por Israel, separando aquele povo. Contudo, detalharemos isso em uma outra oportunidade.

Quero, também, dizer que vamos ter amanhã a reunião da Comissão de Educação. Já fomos procurados aqui algumas vezes pelo presidente do Centro Acadêmico de Medicina, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Campus de Jequié, inclusive já fizemos aqui uma abordagem. Estamos sugerindo para, na próxima quarta-feira, 08 de maio, a realização de uma audiência pública naquela cidade, tendo em vista que, na quinta-feira, haverá a sessão ordinária da Assembleia naquela cidade.

Então, aproveitaríamos a quarta-feira à noite para fazer um debate sobre a situação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia; mas, especificamente, a questão relacionada ao curso de Medicina que enfrenta dificuldades, algumas já foram superadas, mas ainda existem outras questões para serem resolvidas.

Portanto, os estudantes têm nos procurado constantemente, têm procurado a Comissão de Educação para que a gente realize esse debate, essa discussão. E a minha sugestão é a realização de uma audiência pública ou uma sessão especial na véspera da Assembleia Itinerante que será na quinta-feira, naquela cidade. Isso trataremos amanhã na Comissão de Educação.

Portanto eram essas as considerações que gostaria de fazer nesses 5 minutos do Pequeno Expediente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Com a palavra o deputado Adolfo Menezes pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, ouvintes da *TV Assembleia*, hoje, deputado Carlos Geilson, nesses últimos dias, tem sido um dos assuntos mais divulgados nacionalmente: a maioria penal. Deputado Joseildo, já me reporte aqui algumas vezes sobre este assunto e, inclusive, faço-o, hoje, novamente. Mais um crime estúpido no Brasil, quando um menor, já foi comprovado,

simplesmente, deputado Carlos Geilson, ateou fogo em uma dentista de São Paulo, porque ela não dispunha de recursos suficientes que interessavam àqueles marginais.

O jornal *A Tarde* traz uma reportagem de página inteira do secretário da Segurança Pública da Bahia mostrando-se favorável, mostrando que o Brasil não pode continuar com esses absurdos, qual seja, quem tem 18 anos pode ser considerado inocente.

Há um revista de grande influência. Bem, não sei se foi a revista *Época* ou a *Isto É*, não me recordo, porque não comprei ainda, mas vi, rapidamente, ontem, a capa e traz, em primeira página, a reportagem sobre a maioridade penal.

Promotores, como o Dr. Davi Galo, daqui, de Salvador, também mostrando ser favorável à mudança da lei.

Há um movimento nacional tomando força para que o Congresso mude essa realidade, e, é claro, cria...

Estou com uma gripe terrível. Deputado Joseildo, mudando de assunto, passava por um posto municipal e como nunca havia tomado a vacina. Resolvi tomar e fiquei doente. Dizem que, às vezes, há alguma reação. Não sei se é porque estou muito novo, porque dizem que a vacina é para quem tem mais de 60 anos. Deve ter sido por isso que aconteceu essa reação. Então, estou com uma gripe muito forte.

Não podemos continuar mais com essa situação, todos os dias vemos essas barbaridades sendo cometidas por aqueles que têm 17 anos e que, depois que completam 18 anos, se cometeram 10 crimes, saem com a ficha limpíssima. Isso era uma coisa que eu não sabia que era assim no País e que me surpreendeu, claro que para pior.

É claro, digo mais uma vez, que ninguém é favorável a que se encarcere, a que se construam mais prisões. Tenho certeza absoluta que todos aqui são favoráveis a que se construam mais escolas, que se dê mais empregos, mais moradia, mais saúde. Agora, infelizmente, o País não vê ter condição, a curto e médio prazos, de fazer isso com uma população tão grande como a nossa, a despeito de muitos já terem saído da miséria, de muitos já terem emprego. Mas a quantidade de habitantes do nosso País que ainda depende de educação de qualidade, saúde e emprego é muito grande, e não podemos ficar aguardando, como alguns que são contra a redução da maioridade penal, como o deputado Álvaro, dizendo que é melhor dar educação.

É claro que é melhor dar educação, é melhor educar do que punir. Mas, enquanto isso não acontece, e vai demorar, não podemos ficar assistindo, diariamente, essas barbaridades sendo cometidas por marginais, ditos “de menor”, com 16, 17 anos, como mais essa que aconteceu. Deputado Gaban, o Brasil assistiu a um menor, simplesmente, derramar álcool e atear fogo em uma dentista ainda viva, uma profissional que estava trabalhando, porque nas contas bancárias dela não havia recursos para satisfazer às exigências desses marginais.

Então, sempre que puder irei, meio que por desabafo, posicionar-me contra esses marginais não serem punidos devido à nossa lei, que só permite punição a partir dos 18 anos.

E nos últimos dias temos visto várias autoridades – inclusive o secretário da

Segurança Pública do Estado da Bahia. Portanto, a maior autoridade da segurança do nosso Estado, em página inteira do jornal *A Tarde* de hoje – se mostrarem favoráveis à redução penal.

Esperamos que o Congresso ouça as vozes do povo, o clamor das ruas, deputado Carlos Geilson, e que faça alguma coisa, como a reforma política, o que, dentre outros assuntos, abordarei aqui amanhã.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra ao deputado Joseildo Ramos, pelo tempo de 5 minutos.

Antes, solicito ao deputado Paulo Azi que me substitua na presidência da Mesa.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, todos que nos assistem, nos ouvem e nos veem pela *TV Assembleia*, utilizo esta tribuna pelos 5 minutos que me cabem para chamar a atenção do momento em que nosso Partido vive, seguindo as tradições que o caracterizam, discutindo, nas diversas regiões do Estado da Bahia, temas importantes e debatendo o processo sucessório internamente, ou seja, a eleição direta para a presidência, para a escolha do diretório, da executiva e do presidente, do coordenador-geral do Partido, demonstrando não só a capilaridade, mas o respeito que tem pelas tradições democráticas. É um partido que não tem dono e que vem rejuvenescendo através desses debates.

Então, é uma oportunidade única que temos de estar, em cada canto do Estado, discutindo assuntos relevantes. Tanto que um dos principais temas abordados e que pouco ouço aqui no Parlamento do Estado da Bahia é a necessidade urgente, premente da reforma política, um processo estruturante para resgatar a política, tirando toda essa sanha do processo de judicialização que está em curso no país, mas, acima de tudo, chamando a atenção que lá no Congresso, lá na Câmara Federal, não haverá prosseguimento do projeto de reforma política, porque os que lá estão, estão num processo concreto de sub-representação da sociedade brasileira. Por quê? Porque o processo eleitoral está mercantilizado, só entra aqui quem tem condição material para enfrentar uma eleição cada vez mais cara, cada vez mais financiada pelas diversas corporações e, principalmente, pelas corporações econômico-financeiras. E aí os deputados tendem a representar muito mais os interesses de quem os financia do que o interesse maior da sociedade brasileira.

Portanto, a reforma política deve ser entendida como a mãe de todas as reformas, e nós, do Partido dos Trabalhadores, estaremos conduzindo em todo o Brasil uma ampla mobilização para que possamos trazer, conforme a Constituição cidadã de 1988, o projeto de iniciativa popular.

Então, são atitudes como essa, é a discussão da intervenção do PT, que tem 10 anos conduzindo os destinos da nação, demonstrando os resultados e comparando-os com aqueles que o PT sucedeu no gerenciamento dos destinos do nosso Estado brasileiro. E aqui na Bahia não é diferente.

Portanto, é um debate que nos interessa, exatamente no momento especial de expansão do Partido na Bahia, onde nós temos 93 novos gestores, afora aqueles que reconduziram os seus mandatos, e têm uma responsabilidade muito grande de reinventar a política por dentro, de trabalhar sem medo o processo de estimular a democracia direta, demonstrando, em cada canto do nosso Estado, em cada canto desse país, o processo democrático interno, exatamente na véspera de uma eleição que vai eleger o sucessor do nosso governador Jaques Wagner.

Portanto, é um sopro benfazejo da política essa direção que o PT toma, no momento em que a política está satanizada, sem crédito, no momento em que o Poder Legislativo está sendo colocado em cheque, exatamente por aquele Poder sobre o qual não existe nenhum controle, nem social, nem o mecanismo maior de controle, que é Poder Judiciário, que está hermeticamente tomando conta, fazendo e promovendo a judicialização da política.

Portanto, esse Poder, que é o que tem a representação do nosso povo, merece essa oportunidade de estar gritando em cada canto deste País, em todos os níveis do Parlamento,

para que possamos, de fato, cerrar fileiras na direção da reestruturação da política, do ponto de vista estruturante do Brasil.

Obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra ao deputado Carlos Geilson pelo tempo de 5 minutos.

Peço à deputada Maria del Carmen que me substitua aqui na Presidência dos trabalhos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, colegas da imprensa, amigos das Galerias, chego à conclusão de que o deputado Zé Neto tem algum distúrbio, sofre de insanidade mental. Tem alguns momentos de lucidez, é verdade, e outros de extrema infelicidade. É possível que em alguns desses momentos ele não esteja consciente das suas ações, cômico de seus atos.

Li uma entrevista que o deputado deu a um *site* de Feira de Santana, na qual ele me atacou o tempo todo, rebatendo as minhas críticas sem apresentar argumentos. Por exemplo, diz que o prefeito José Ronaldo foi ao secretário Jorge Solla e não me levou; que foi à Embasa e também não me levou; que o prefeito escolheu o secretário de Comunicação e não me consultou. E mais, disse que eu ficava o tempo todo atrás do prefeito. Enfim, o Líder do governo, em vez de rebater com argumentos as nossas críticas, prefere me atacar.

Lá em Feira de Santana, o Corpo de Bombeiros está sucateado, deputado Zé Neto. O governo do Estado não construiu uma escola sequer, deputado. A Via Bahia, concessionária para a qual o seu governo patrocinou a venda da BR, é uma vergonha. Paga-se pedágio e a estrada está esburacada. Ou então V.Ex^a vem dormindo e, por isso, não percebe os buracos que existem na BR-324. Não percebe nem sente que o seu governador vendeu as BAs que dão acesso a Salvador. Aí V.Ex^a não enxerga, pois

usa óculos de couro, deputado Zé Neto.

Existe um ditado, meu caro Tasso Franco, criador do personagem *lobisomem de Serrinha*, sua terra, “Larga do meu pé, chulé”. Deputado Zé Neto, cuide de seu mandato, explique à sociedade baiana as dificuldades que o seu governo tem para dar o reajuste do servidor público do Estado, cuja data-base é o mês de janeiro. Até agora esse reajuste não chegou a esta Casa.

Justifique por que a Bahia é um dos campeões da Federação em casos de violência. Justifique isso. Procure rebater com argumentos. O que o governo tem feito para combater a seca? Para isso não tem argumentos. Gosto de debater ideias, mas V.Ex^a não as tem; tem arroubo, valentia e grito. Não sou de gritar; sou de argumentar, de dizer o que penso, o que sinto.

Então ele usa esse *site* de Feira de Santana, *Jornal Grande Bahia*, para me atacar e até desdenhar do meu futuro político. Ora, deputado Zé Neto, sou professor e radialista; estou deputado, não sou deputado. Exerço o meu mandato de acordo com a minha consciência e com aquilo que entendo ser o correto. Sou um dos parlamentares mais assíduos desta Casa não somente neste Plenário, como também nas comissões.

Sempre trago para cá temas que repercutem, já que sou procurado pelas pessoas. Estamos construindo o nosso mandato e pavimentando a nossa reeleição. E faço isso sem ser subserviente, sem ser puxa-saco, sem estar agachado, porque não me agacho a nenhum poder, a não ser ao poder de Deus.

V.Ex^a deve respeitar os seus colegas. Se na sua Bancada se impõe aos berros e aos gritos, não vai conseguir impor suas ideias a este parlamentar, a este profissional de comunicação.

De modo que eu lamento profundamente que um cidadão não tenha ideias e argumentos. Vamos debater. A nossa crítica, em algum momento, pode ser falha, injusta. Vamos apresentar os argumentos para descredenciar a crítica. Agora, ataques pessoais, coisas menores, pelo amor de Deus, deputado Zé Neto! Vamos elevar o nível da discussão com argumentos, coisas palpáveis, concretas, que possam construir não só o que nós pensamos, o que V.Ex^a pensa, porque o importante é que estejamos unidos para bem do Estado da Bahia. Ataques pessoais mostram que V.Ex^a, infelizmente, não tem conteúdo e quer se impor através dos gritos e dos berros. Com isso, com certeza, V.Ex^a não vai conseguir se impor diante da minha postura, dos meus argumentos.

Aqui nós debatemos, apresento as minhas ideias, aceito as contra-argumentações, mas ataques pessoais, coisas beócias, pelo amor de Deus! Vá se preparar, deputado, e estudar para poder discutir melhor os temas da Bahia.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Maria del Carmen):- Concedo a palavra ao deputado Elmar Nascimento. (Pausa) Na ausência do deputado Elmar Nascimento, concedo a palavra ao deputado Rosemberg Pinto. Na ausência do deputado Rosemberg Pinto, concedo a palavra ao deputado Zé Raimundo.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr^a Presidente Maria del Carmen que coordena esta

sessão, gostaria de cumprimentar os nobres deputados e deputadas, saudar a imprensa, os assessores dos gabinetes e dizer, deputada, que realizamos neste final de semana – sexta e sábado-, em Vitória da Conquista, a 5ª Conferência das Cidades.

Foi um momento extraordinário. V.Ex^a, inclusive, seria uma das palestrantes, mas em função de uma agenda carregada, de um imprevisto que houve, a senhora não pode participar. Sentimos muito a sua falta porque a senhora é especialista em temas urbanos e de cidades e integrante do Conselho Estadual de Cidades. Mas foi uma grande reunião com a presença da Dr^a Eleonora Márcia, da Sedur. Tivemos a oportunidade também, eu e o deputado Waldenor Pereira, de reafirmarmos os nossos compromissos com Vitória da Conquista colocando os nossos mandatos a serviço daquela cidade que tivemos o privilégio de ser gestor. Vitória da Conquista, com as demandas do novo cenário de uma cidade que cresce, que se desenvolve, precisa atualizar o seu plano diretor, a sua Agenda 21, para que continue se desenvolvendo no plano da economia, no plano da infraestrutura, principalmente melhorando a qualidade de vida do povo. Foi um momento extraordinário, com muita participação popular.

Gostaria também de registrar a nossa alegria de constatar a eleição para a Academia de Letras da Bahia da Sr^a Estela de Azevedo dos Santos, mais conhecida como Mãe Stella, nossa yalorixá da casa Ilê Axé Opó Afonjá. Não a conheço pessoalmente, mas desenvolvi uma grande admiração pelos textos dessa escritora extraordinária. Talvez, das coisas que tenho lido sobre a cosmologia africana, seja a coisa mais bonita, um verdadeiro tratado de filosofia que quinzenalmente aparece através das suas crônicas no jornal *A Tarde* e também nos seus livros.

Fiquei muito feliz de ter, mesmo no anonimato, adotado textos dessa grande escritora orientando trabalhos de monografia de final de curso e até mesmo de mestrado. E agora eu constatei, realmente, que a Bahia precisa crescentemente colocar à luz das instituições - essas pessoas que no anonimato desenvolvem um verdadeiro trabalho cultural. A maior alegria é que ela vai ocupar a cadeira do Dr. Ubiratan Castro, nosso querido mestre que partiu, e que também tem como patrono o nosso grande poeta Castro Alves.

Vou, inclusive, dirigir a esta Casa uma moção de aplausos e, oportunamente, quero fazer uma visita a Mãe Stella pela sua grandiosidade, ela é uma verdadeira enciclopédia da civilização afro-brasileira.

E finalmente, Sr^a Presidente, gostaria de fazer aqui o registro da presença do governador Jaques Wagner marcada para sábado que vem, dia 04, na cidade de Jânio Quadros. A Oposição tem criticado, uma crítica genérica, dizendo que o governador não tem atendido as reivindicações, as demandas em relação ao combate aos efeitos da seca. Pelo contrário, apesar das dificuldades, o sudoeste da Bahia está com muitas obras. Sábado mesmo o governador vai inaugurar um sistema simplificado de água que beneficia praticamente 90 famílias, algo em torno de 500 pessoas. Um município que tem sido talvez o pior, o mais castigado pela seca na Bahia. Lá, inclusive, a Embasa não tem nem cobrado, porque há mais de 2 anos que os mananciais secaram e Jânio Quadros tem sido abastecido através de poços tubulares.

Também a presença do governador ali perto, em Maetinga, onde está sendo construída uma grande estrada, uma grande BA, juntamente com Guajeru. Vai ser uma alegria para essas comunidades. Quero saudar o meu amigo Leo Gambá, o prefeito, e Dr. Leonardo, o vice-prefeito. Estaremos lá, eu e o deputado Waldenor Pereira, celebrando mais essa conquista para as nossas comunidades.

E esse debate do deputado Carlos Geilson em relação ao nosso Líder Zé Neto, cabe observar que o deputado Zé Neto é um grande Líder, na bancada do PT e do governo exerce uma liderança democrática, não existe nada disso que o deputado Carlos Geilson está falando. Sei que existe uma luta, uma briga, uma disputa legítima entre os dois em Feira de Santana, mas que oportunamente esses pontos serão esclarecidos pelo nosso Líder Zé Neto.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Maria del Carmen):- Muito obrigada, deputado Zé Raimundo.

Com a palavra o deputado Paulo Azi pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PAULO AZI:- Deputada Maria del Carmen que preside esta sessão, Srs. e Sras. Parlamentares, senhores e senhoras que assistem esta sessão, todos nós estamos assistindo e acompanhando o esforço e a tentativa da presidente da República de evitar uma disparada da inflação em nosso país. Todos nós sabemos o quanto é maléfico, principalmente para a população mais pobre, uma economia com a inflação fora do controle. E a presidente da República tem feito um esforço muito grande, embora, é verdade, penalizando e colocando a conta desse esforço principalmente no colo dos prefeitos por esse Brasil afora, mas não se pode negar que tem feito um esforço, inclusive com a redução de algumas tarifas de impostos de determinados bens e serviços da nossa economia.

E aí, Sra. Presidente, a despeito desse esforço da presidente da República, vemos que isso não é compartilhado, não é acompanhado pelos seus diversos liderados pelo Brasil afora, especialmente pelo governador da Bahia, o Sr. Jaques Wagner, que parece que não está a acompanhar esse esforço empreendido pela presidente Dilma. Hoje, todos nós tomamos conhecimento de que o governo do Estado acaba de autorizar o aumento da tarifa dos pedágios das diversas rodovias estaduais, especialmente aquelas que cercam Salvador, Camaçari e demais municípios da Região Metropolitana, com um aumento no preço da tarifa que é, inclusive, superior à inflação medida no último ano e traz, Sra. Presidente, para toda a população que trafega diariamente, sobretudo pela BA-093, uma situação de desconforto e, acima de tudo, revolta.

Eu me recordo, Srs. Parlamentares, quando este governo anunciou que estaria privatizando a BA-093. Ele o faria em função da necessidade de se realizar de imediato a duplicação daquela rodovia, principalmente nos trechos da BR-324, à entrada de Camaçari e posteriormente do município de Dias D'Ávila. Anos se passaram, e nós não temos conhecimento de nenhuma ação física que nos faça sequer

lembrar qualquer obra que signifique tal duplicação.

Quero aqui dizer, Sra. Presidente, que, diferentemente do discurso petista contrário à privatização, nunca se privatizou tanto neste País e na Bahia como com o PT.

Acho que em determinadas situações a privatização e a parceria com a iniciativa privada são bem-vindas, e também que em função da situação quase falimentar do Estado brasileiro essa privatização deva se dar sobre ações de infraestrutura, aeroportos, portos e rodovias. O que não podemos aceitar é que se privatize e se entregue o patrimônio público, deputado Gaban, à iniciativa privada sem absolutamente nenhuma contrapartida. Pegam uma rodovia e constroem uma praça de pedágio - essas são as únicas obras físicas que podemos enxergar -, passando então a cobrar e penalizar a população.

Chegou o momento, Sras. e Srs. Parlamentares, de cobrar do governo federal, e aí faço um apelo ao ministro César Borges para que possa intervir neste modelo de privatização muito malfeito da BR-324. Também não se tem notícia de aumento das pistas de rolamento. Já está na hora de este governo cobrar das empresas que hoje são responsáveis pelas rodovias estaduais, especialmente a BA-093, para que possam iniciar imediatamente a duplicação dessa importante rodovia, que é uma das principais ligações com a nossa capital e está pedagiada prejudicando milhares de baianos que residem e circulam por toda a Região Metropolitana de Salvador.

Agradeço a tolerância de V.Ex^a.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria del Carmen):- Com a palavra o deputado Gaban pelo tempo de 1 minuto.

O Sr. Gaban:- Sr^a Presidente, fizemos um acordo aqui com o Líder do governo em exercício para usar 5 minutos a mais. Muito obrigado.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria del Carmen):- Com a palavra o deputado Gaban por 5 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, o deputado Paulo Azi trouxe um assunto aqui que merece toda atenção desta Casa. A Bahia, Salvador, está cercada por pedágios. Uma política que o PT combatia quando era Oposição, e é o rei da privatização agora. Tudo está sendo privatizado!

Colocaram um projeto aqui para não permitir que o governo privatize a Embasa. Creio que seja medo de o governador, com essa mania de privatizar tudo, querer privatizar a Embasa.

Deputado Paulo Azi, vemos mais uma tarifa para escorchar a população de Salvador, Região Metropolitana, aliás, a Bahia inteira, porque todos têm que vir a Salvador, dessa forma, enriquecer mais ainda as empresas concessionárias, as quais o governo tem tratado carinhosamente nos últimos anos.

Fala-se, deputado Bruno Reis, e V.Ex^a já fez vários pronunciamentos a este respeito, do aumento da tarifa da Embasa outra vez. Foi a que mais cresceu no Brasil, 150% nos últimos anos. São os dados levantados pelo IAP que V.Ex^a também trouxe

a esta Casa. Ela apresentou o balanço anual, deputada Maria del Carmen, com um lucro de 120 milhões. Só a Embasa daqui e a companhia de abastecimento de água do Rio de Janeiro cobram 17% do ICMS. Já há decisão do Supremo, que está sendo esperada. Por que prejudicar a população? Sabe-se que mais cedo ou mais tarde isso será retirado, porque só há em dois Estados brasileiros. A Bahia tem que ser sempre a última a beneficiar a população? Não dá para entender!

Lamentamos essas coisas. Espero que a Embasa tenha sensibilidade, depois de ter cobrado água de milhares e milhares de pessoas com a cota mínima, mesmo não havendo água na torneira, era cobrada a tarifa mínima em todas as cidades da Bahia, em bairros periféricos de Salvador, mesmo com crise na Pedra do Cavalo, vimos várias matérias jornalísticas a esse respeito.

Mas há outro assunto, minha cara presidente, que diz respeito a uma entrevista que o secretário da Segurança Pública deu, saiu na imprensa hoje, na qual ele dizia da redução, em 2011, da taxa de homicídio no Estado.

O que me chama atenção é que, finalmente, a partir da semana passada, temos acesso a alguns relatórios, não todos, da Fiplan. Está muito claro lá, não temos ainda os dados de 2012. Por que o secretário dá os dados de 2012, fala dos dados de 2013, do primeiro quadrimestre, da redução na Região Metropolitana de Salvador?

Ele fala da Região Metropolitana de Salvador em 2012. Temos alguns dados que foram levantados. Para se ter uma ideia, em 2011 houve uma redução de 5%, mas é ínfima com relação ao número de homicídios que vêm acontecendo. De quatro anos seguidos, 2007 a 2010, houve um crescimento de 46% no índice de homicídios.

Ele fala que em 2011 caiu 5%, mas cresceu 51%. Foi insignificante em termos de crescimento. Então, ficamos preocupados, porque vemos que os números absolutos do crescimento de homicídios na nossa Bahia são muito maiores do que em São Paulo e Rio de Janeiro. Comparem a população desses dois Estados com a da Bahia! Então, estamos sitiados, deputado Paulo Azi, está uma situação de desespero.

Felizmente amanhã nós temos uma reunião com o secretário da Segurança Pública, a imprensa deveria estar lá presente na Fundação Luiz Eduardo Magalhães, às 9h da manhã, e é um dos questionamentos que vamos fazer. Espero que vão, deem cobertura e que depois da reunião ele dê uma coletiva para a imprensa para explicar esses dados, porque a população está temerosa. Vemos a TV Globo falando todos os dias que tem 2 ou 3 homicídios em São Paulo, e aqui tem uma chacina, aqui está acontecendo neste ano mais que o dobro.

Então, esperamos que amanhã o secretário finalmente apresente um esclarecimento para a comissão, para os deputados que desejarem aparecer na Fundação Luiz Eduardo Magalhães, às 9h da manhã, mas, acima de tudo, esclarecer o que vai fazer para diminuir o número de homicídios, de carros roubados, estupros, enfim, tudo que lamentavelmente tem acontecido na nossa querida Bahia.

Finalizando, lamentando conosco, os parlamentares já fizeram hoje, a decisão da presidenta Dilma de não reduzir a idade para que possam ser penalizados esses garotos de 17 anos, que são marginais bem treinados, não só na Bahia, mas no Brasil inteiro. Lamentavelmente um garoto, um marginal, de 17 anos colocou fogo numa

profissional dentista, que inclusive fazia serviço comunitário. Temos que lamentar profundamente e espero que o Congresso Nacional reduza a idade penal para esses marginais de 17 anos irem para a cadeia, que é o que eles merecem.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Zé Raimundo:- Questão de ordem, Srª Presidenta.

A Srª PRESIDENTA (Maria del Carmem):- Questão de ordem ao deputado Zé Raimundo.

O Sr. Zé Raimundo:- Gostaria de dizer ao líder Gaban que oportunamente vamos debater este tema e o governo vai esclarecer, sobretudo amanhã, com a presença do Dr. Maurício Barbosa. Esses dados serão analisados, publicamente demonstrados para a população através da imprensa, da mesma forma que também este tema das concessões das BAs. Gostaria de tranquilizar a Oposição dizendo que o nosso governo, com a transparência de sempre, irá ao debate explicitar todos os dados das informações para que avaliemos exatamente a responsabilidade do governo com seus atos em relação a esses temas.

Mas minha questão de ordem, Srª Presidenta, é solicitar a V.Exª uma verificação de *quorum* para a continuidade da sessão.

A Srª PRESIDENTA (Maria del Carmem):- Considerando que não há mais *quorum* suficiente para a continuidade da presente sessão, declaro-a encerrada.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*